



PREFEITURA DE  
**CAMPOS**

SECRETARIA MUNICIPAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA  
E TECNOLOGIA

 Mais  
Ciência

# CARTILHA SOBRE OS USOS DO CINEMA BRASILEIRO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

**Orientador: Heitor Benjamim Campos**  
Bolsista: Hemanuele Crispim Gomes Vilela

CENTRO UNIVERSITÁRIO FLUMINENSE  
2022/2023



## SUMÁRIO

RESUMO .....	3
INTRODUÇÃO .....	4
MATERIAIS E MÉTODOS: .....	7
RESULTADOS E DISCUSSÃO: .....	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	12
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: .....	14

## RESUMO

Este relatório tem por objetivo apresentar o processo de construção de uma cartilha educativa sobre os usos do cinema brasileiro nas escolas municipais da cidade de Campos dos Goytacazes. Com base na Lei 13.006/2014, que determina a exibição de filmes nacionais como um componente curricular complementar e obrigatório nas escolas da Educação Básica, esta cartilha possibilitará aos profissionais da rede municipal de ensino de Campos dos Goytacazes uma maior compreensão da importância do uso do cinema nacional como recurso pedagógico e a sensibilização para a formação de um maior público consumidor de cinema brasileiro. Nosso esforço, então, com a construção desta cartilha, foi pensar o lugar do cinema nacional com base nos modos como as imagens criam e revelam processos emancipatórios – não apenas dos alunos. Trata-se de uma perspectiva que crê que a escola pública, atravessada pela dimensão criadora do cinema, em seus aspectos técnicos, estéticos e políticos, pode configurar um novo arranjo entre os estudantes, os professores e toda a comunidade escolar. O entendimento dos processos históricos que atravessaram toda a trajetória da indústria cinematográfica brasileira e sua participação no mercado consumidor é fundamental para o despertar de uma visão crítica na formação do cidadão brasileiro, um dos objetivos previstos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n 9.394/1996).

## INTRODUÇÃO

O nosso projeto de extensão teve como principal propósito a elaboração de uma cartilha educativa abordando a incorporação do cinema brasileiro nas escolas municipais em Campos dos Goytacazes. Com embasamento na Lei 13.006/2014, que estipula a projeção de obras cinematográficas nacionais como parte integrante e obrigatória do currículo escolar nas instituições de Educação Básica, o objetivo central dessa cartilha é proporcionar uma compreensão aprofundada aos profissionais da rede municipal de ensino em relação à relevância do cinema nacional como ferramenta pedagógica. Adicionalmente, busca-se instigar a conscientização para a promoção de um público mais engajado no consumo de produções cinematográficas brasileiras.

A análise dos dados do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) referentes ao ano de 2016 oferece um panorama revelador. Nesse contexto, um desafio notório se evidencia: o acesso limitado aos espaços de exibição cinematográfica. Esse cenário afeta particularmente as famílias de baixa renda e aqueles que residem nas áreas periféricas dos centros urbanos. Vale ressaltar que mais de 50% da população brasileira enfrenta essa realidade, habitando em cidades desprovidas de salas de cinema. Essa carência de infraestrutura impacta não somente a experiência cultural, mas também a disseminação e a apreciação do cinema nacional em contextos educativos, reforçando a relevância do projeto em pauta.

Localizada no norte do Estado do Rio de Janeiro, a cidade de Campos dos Goytacazes assume um papel central na região Norte Fluminense, abrigando uma parcela significativa da população. Com impressionantes 58,24% dos habitantes da localidade, esse município emergente é o de maior dimensão tanto em termos geográficos (4.040,6 km<sup>2</sup>) quanto populacionais, abrigando um total de 463.731 habitantes. Desse contingente, a expressiva maioria de 418.725 indivíduos (ou seja, 90,3%) reside na zona urbana da cidade. É pertinente observar que, dentro desse ambiente urbano, cerca de 15.777 indivíduos encontram moradia em 27 áreas de favelas. Atualmente, a infraestrutura cinematográfica de Campos dos Goytacazes é composta por 12 salas de cinema, as quais estão distribuídas por três empresas de

exibição, instaladas em distintos shopping centers do município.

No entanto, essa configuração apresenta uma lacuna notável. A carência de espaços alternativos de exibição de cinema se torna especialmente evidente, revelando-se insuficiente para suprir as necessidades culturais e educativas de determinadas faixas populacionais. Essa deficiência impacta de maneira desproporcional os extratos sociais menos favorecidos, além de deixar um vácuo no que se refere à disseminação da cultura cinematográfica e, por extensão, à implementação eficaz da Lei 13.006/2014 no contexto educacional local. De fato, a promulgação da Lei 13.006/2014 se ergue como uma ferramenta de destaque no contexto de transformação do ambiente escolar em um espaço acessível e inclusivo para a apreciação do audiovisual nacional. O cumprimento diligente desta política educacional é de suma importância, uma vez que encerra em si a promessa de garantir que cada criança e adolescente inserido na rede de ensino e na comunidade escolar possa ter acesso aos filmes gerados em território brasileiro, obras frequentemente à margem dos circuitos de exibição comerciais.

O propósito subjacente à construção desta cartilha foi conceber o papel vital do cinema nacional a partir de uma análise das maneiras pelas quais as imagens cinematográficas engendram e desvendam processos emancipatórios. Todavia, tal análise não se limita meramente aos alunos; ela ecoa a crença de que a escola pública, em sua trajetória enriquecida pelo ímpeto criativo do cinema, englobando aspectos técnicos, estéticos e políticos, possui o potencial de forjar um novo arranjo entre estudantes, docentes e a comunidade escolar como um todo. O aprofundamento no entendimento dos processos históricos que permeiam a indústria cinematográfica brasileira em sua trajetória contribui não apenas para uma compreensão mais profunda desse setor, mas também para a formação de uma visão crítica no cidadão brasileiro. Esta abordagem se alinha harmoniosamente com um dos preceitos fundamentais delineados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que estipula como objetivo da educação brasileira a moldagem de cidadãos dotados de discernimento crítico e consciência histórica.

Nesse âmbito, a construção da cartilha não somente visa instrumentalizar os profissionais da educação com ferramentas pedagógicas enriquecedoras, mas também

busca contribuir para o desenvolvimento de um cenário educacional mais inclusivo, crítico e culturalmente empoderado. Dessa forma, vislumbra-se a oportunidade de transcender as barreiras do acesso restrito ao cinema nacional, ao mesmo tempo em que se estabelece uma base sólida para o enriquecimento da educação e a formação de cidadãos engajados e informados.

A imposição de um mínimo de duas horas de conteúdo cinematográfico brasileiro nas instituições de Educação Básica, conforme prescrito na Lei 13.006/2014, suscita uma indagação central: a preparação do ambiente escolar para a eficaz exibição de produtos audiovisuais. Neste contexto, emerge uma lacuna significativa, haja vista que o próprio texto da Lei 13.006/2014 não aborda os modos e abordagens mais apropriados para a integração do cinema nacional como ferramenta pedagógica nos planos de aula dos educadores. Ademais, não são delineados parâmetros relativos aos recursos materiais e técnicos necessários para a concretização da exibição desses filmes no ambiente escolar. Essa complexidade subjacente à efetivação da lei confere à nossa iniciativa uma relevância ainda maior. A construção da cartilha sobre os usos do cinema brasileiro nas escolas municipais de Campos dos Goytacazes é uma resposta a esse desafio. Através da compilação de informações práticas e recursos de apoio, almejamos suprir a ausência de orientações detalhadas, fornecendo diretrizes para que os profissionais da educação possam explorar o cinema nacional de maneira engajadora e eficaz no contexto de suas aulas.

No cenário predominante, percebe-se que a ausência de locais adequados para exibição cinematográfica é uma barreira que impacta negativamente a capacidade das escolas em cumprir os requisitos da Lei 13.006/2014. A falta de espaços específicos, bem como a carência de equipamentos e infraestrutura audiovisual, desafia diretamente a habilidade dos educadores em alavancar o potencial didático dos filmes nacionais. Adicionalmente, é crucial salientar que muitos profissionais da Educação Básica não possuem o conhecimento necessário sobre a legislação que exige a incorporação do cinema nacional na educação, o que, por sua vez, contribui para a subutilização do cinema como recurso pedagógico.

Nesse contexto, a elaboração da cartilha educativa se revela uma resposta

oportuna e abrangente. A cartilha não apenas busca suprir essa carência de informações e diretrizes, mas também visa preencher a lacuna de orientações técnicas, fornecendo aos educadores um guia prático e detalhado para superar os obstáculos relacionados à exibição de filmes. Ao fazer isso, aspiramos capacitar os profissionais da Educação Básica a aproveitar plenamente o potencial educativo do cinema, transformando os desafios em oportunidades de aprendizado enriquecedor para os alunos.

A concepção de uma cartilha que reúna diretrizes e abordagens apropriadas para a integração e aproveitamento do cinema brasileiro nas escolas municipais de Campos dos Goytacazes assume um papel fundamental no aprimoramento constante e na formação contínua do corpo docente. A disponibilidade dessa cartilha, além de viabilizar a compreensão e aplicação efetiva da Lei 13.006/2014 por parte dos professores e das instituições educacionais, abre as portas para um leque de oportunidades culturais na cidade de Campos dos Goytacazes. Essas oportunidades incluem acessos a variados espaços e recursos culturais que promovem e exibem produções do cenário audiovisual brasileiro, bem como catálogos digitais que oferecem gratuitamente um vasto repertório de cinema nacional.

Essa abordagem pragmática está orientada pelo desejo de equipar os profissionais da educação municipal com as ferramentas necessárias para a efetiva aplicação da Lei 13.006/2014, levando em consideração as nuances e particularidades da realidade escolar em Campos dos Goytacazes. A nossa meta é facilitar a integração do cinema nacional no contexto educacional de maneira eficaz e sem desconsiderar a viabilidade prática, contribuindo para a promoção de uma educação culturalmente enriquecedora e alinhada aos princípios estabelecidos na legislação vigente.

## **MATERIAIS E MÉTODOS:**

Os primeiros meses de atividades de pesquisa foram marcados por uma extensa revisão de literatura que transcendia as fronteiras geográficas e adentrava os meandros de diferentes contextos pelo território brasileiro. A exploração dessas múltiplas abordagens representou um avanço significativo em nossa busca por insights robustos e

perspicazes acerca da aplicação da Lei 13.006 em cenários educacionais diversos, revelando tanto os desafios quanto as boas práticas que emergiram de experiências concretas.

Dentre os objetivos dessa revisão ampla e abrangente estava a compreensão profunda das nuances inerentes à aplicação da lei em diferentes realidades, considerando aspectos como contexto socioeconômico, cultural e infraestrutural. Exploramos as práticas e lições aprendidas em escolas situadas em diversas regiões do Brasil, desde as áreas metropolitanas até as zonas rurais, desde instituições de ensino de grande porte até aquelas de menor escala. Cada localidade trouxe à tona desafios e oportunidades singulares, contribuindo para a construção de um panorama multifacetado que ampliou nossas perspectivas e enriqueceu a discussão.

Essa revisão não se limitou a mapear casos de sucesso, mas também evidenciou desafios cruciais que vão desde a insuficiência de recursos e infraestrutura até a resistência cultural e a falta de formação adequada para os educadores. Foram identificados exemplos em que a aplicação da Lei 13.006/2014 encontrou barreiras significativas, e isso nos proporcionou um entendimento mais equilibrado das implicações práticas e dos aspectos contingentes dessa iniciativa legislativa. Como inicialmente fora estabelecido no projeto selecionado pelo “Mais Ciência”, nosso tom nunca foi de denúncia e apenas registrar lacunas referentes à aplicabilidade desta lei no município de Campos dos Goytacazes, mas de oferecer alternativas possíveis a serem implementadas na realidade das escolas para um melhor aproveitamento do cinema brasileiro nas escolas da cidade.

Na qualidade desta bolsa de extensão ser vinculada à graduação de Direito, nossa abordagem enveredou por duas importantes vertentes no domínio jurídico que transcendem os limites da Lei 13.006/2014. Essas esferas de investigação se revelam cruciais para uma compreensão mais ampla e substancial do contexto no qual o projeto se insere. Essas temáticas englobam, primeiramente, a análise da legalidade intrínseca à exibição de filmes nas instituições de ensino, sobretudo quando essa prática está alinhada com o princípio da intenção pedagógica.

Nesse contexto, emergiu uma inquirição relevante: qual é o quadro normativo e legal que embasa a exibição de filmes no ambiente escolar, tendo em vista o cumprimento do imperativo pedagógico? A abordagem dessa questão desvela a necessidade de se perquirir a intersecção entre a legislação educacional e as regulamentações que regem o universo do cinema, a fim de estabelecer os contornos da licitude dessa prática no contexto educativo.

Uma segunda vertente que demandou nosso foco é a questão da classificação indicativa para diferentes faixas etárias dos alunos da Educação Básica. A eficácia da exibição de filmes como instrumento pedagógico encontra-se inextricavelmente vinculada à adequação desses filmes ao público-alvo, respeitando as peculiaridades e sensibilidades de cada faixa etária. Exploramos, assim, como a definição de classificações indicativas compatíveis com a idade dos estudantes pode reforçar a consonância entre a exibição de filmes e o processo educacional, garantindo uma abordagem sensata e pedagogicamente relevante.

No âmbito dessa exploração, buscamos discernir como a legislação concernente à classificação indicativa dialoga com a utilização do cinema como recurso educativo. Examinamos de que maneira a atenção à classificação indicativa contribui para a seleção de conteúdos adequados e enriquecedores, promovendo uma experiência de aprendizado que respeita os limites de compreensão e sensibilidade de cada faixa etária.

A intersecção entre a legalidade da exibição cinematográfica no contexto educacional e a adequação das classificações indicativas para os diferentes níveis da Educação Básica revela-se uma importante questão a ser tratada no âmbito jurídico. É fundamental garantir que a exibição de filmes nas escolas, além de atender aos propósitos pedagógicos, esteja em consonância com as diretrizes e critérios estabelecidos para a proteção e formação das crianças e adolescentes.

Essa dualidade de enfoques não apenas acrescenta substancialidade à investigação em curso, mas também amplia o escopo do projeto, enriquecendo-o com uma abordagem holística que considera as múltiplas facetas da relação entre a exibição de filmes, o direito educacional e a proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Essas temáticas convergem para construir um cenário mais completo e abrangente da

inserção do cinema nas escolas, não apenas como uma ferramenta pedagógica, mas também como um elemento que se insere no âmbito das preocupações legais e regulamentares que permeiam o sistema educacional.

Por fim, empenhamo-nos também na criação e execução de planos de aula que tiveram como base filmes brasileiros, os quais se consolidaram como um material didático valioso e tangível. Essa iniciativa teve como objetivo concreto não somente ilustrar o potencial pedagógico dos filmes nacionais, mas também fornecer exemplos práticos e concretos que seriam incorporados à cartilha que estamos desenvolvendo.

A elaboração desses planos de aula requereu um cuidadoso equilíbrio entre as particularidades de cada filme, as faixas etárias dos alunos e os objetivos educacionais desejados. Ao selecionar filmes que eram tanto culturalmente enriquecedores quanto pedagogicamente relevantes, buscamos demonstrar a amplitude de possibilidades que a incorporação do cinema nacional pode oferecer ao currículo escolar. Cada plano de aula foi concebido de forma a explorar temas, contextos e mensagens transmitidas pelos filmes, em consonância com os objetivos educacionais de diferentes níveis de ensino.

Dessa forma, a seleção de filmes e a criação dos planos de aula não apenas enriqueceram nosso entendimento das nuances práticas da utilização do cinema como recurso educacional, mas também nos permitiram experimentar as potencialidades dessa abordagem.

Além de servirem como exemplos diretos na cartilha que estamos desenvolvendo, esses planos de aula também contribuíram para a formulação de recomendações práticas e orientações específicas. Eles demonstraram como as ideias abstratas e os conceitos teóricos podem ser transformados em ações concretas e envolventes dentro da sala de aula. Essa abordagem prática ampliou nossa compreensão da complexidade inerente à utilização do cinema como ferramenta pedagógica, e nos instigou a criar orientações claras e eficazes para educadores que desejam incorporar filmes nacionais em seus planos de aula.

Portanto, essa fase de nossa pesquisa não apenas ilustrou a aplicação concreta dos filmes brasileiros como material didático, mas também atuou como um elo crucial entre a teoria e a prática. A experiência de desenvolver e executar planos de aula

enriqueceu nossa compreensão, moldou nossa abordagem e nos impulsionou a criar uma cartilha que não apenas oferece diretrizes, mas também exemplos concretos e aplicáveis, capacitando educadores a enriquecer a experiência educacional de seus alunos por meio do cinema nacional.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO:**

O desdobramento de nossas atividades de pesquisa e execução culminou em uma série de resultados substanciais e tangíveis. A construção da cartilha educativa sobre os usos do cinema brasileiro nas escolas municipais de Campos dos Goytacazes emerge como o objetivo geral alcançado ao longo da vigência desta bolsa de pesquisa. A cartilha, concebida para orientar e apoiar os profissionais da educação na integração eficaz do cinema nacional em seus planos de aula, reflete uma síntese cuidadosa de nossas investigações, análises e contribuições práticas.

Desenvolvemos essa cartilha de maneira abrangente, com a inclusão de informações fundamentais que abarcam desde a contextualização histórica e legal da Lei 13.006/2014 até a elaboração de planos de aula detalhados, que utilizam filmes brasileiros como material didático. Cada seção da cartilha foi moldada com o intuito de fornecer orientações claras e diretas, abordando os desafios identificados durante nossa pesquisa. Foram inseridos novos elementos à cartilha desenvolvidos ao longo da revisão de literatura, como a legalidade da exibição do cinema na escola no que tange a gratuidade de direitos autorais no âmbito escolar e a classificação indicativa dos filmes selecionados.

A construção dos planos de aula, que utilizaram filmes brasileiros como base, representou um passo concreto na demonstração da aplicação do cinema como recurso pedagógico. Cada plano de aula não apenas alinhou-se com os objetivos educacionais, mas também ilustrou como os filmes podem ser integrados de maneira relevante e envolvente no processo de aprendizado. Esses planos de aula não apenas enriqueceram a cartilha, mas também serviram como modelos concretos para educadores que desejam explorar o cinema como uma ferramenta educacional eficaz.

Destaca-se que a conclusão da cartilha ocorreu no último mês de vigência da bolsa, marcando o ápice de nossos esforços. A entrega deste recurso no contexto da pesquisa reflete a dedicação e o comprometimento ao longo de todo o projeto, consolidando uma contribuição substancial para a comunidade educacional em Campos dos Goytacazes. A cartilha é uma síntese tangível de nossa exploração teórica, pesquisa prática e engajamento com a legislação e as práticas educacionais.

Em resumo, os resultados conquistados nesta pesquisa não apenas proporcionaram uma visão aprofundada sobre a implementação da Lei 13.006/2014 e a aplicação do cinema nacional nas escolas, mas também resultaram na criação de um recurso aplicável que pode efetivamente enriquecer o processo educacional. A cartilha representa um legado concreto dessa bolsa de extensão, abrindo caminho para uma abordagem mais envolvente e culturalmente rica da educação por meio do cinema nacional.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O encerramento deste projeto de extensão nos brinda com uma série de conclusões que refletem a trajetória percorrida, as descobertas feitas e as contribuições realizadas. Ao longo da vigência desta bolsa de extensão, mergulhamos profundamente na interseção entre a legislação educacional, a cultura cinematográfica brasileira e as práticas pedagógicas, com o objetivo de criar um impacto positivo e duradouro na experiência educacional dos alunos das escolas municipais de Campos dos Goytacazes. Nossa jornada nos permitiu compreender que a Lei 13.006/2014, ao preconizar a exibição de filmes nacionais nas escolas, transcende sua natureza legal e revela-se como um veículo de enriquecimento cultural e educacional. O acesso ao cinema brasileiro, tão variado e multifacetado em sua expressão, torna-se uma ponte para a ampliação do repertório dos alunos, para a promoção de discussões relevantes e para a integração de elementos culturais em sala de aula.

A elaboração da cartilha educativa representou um marco na concretização de nossos esforços. Essa ferramenta abrangente, construída com base em uma revisão de literatura abrangente, na formulação de planos de aula concretos e na análise das

práticas em diferentes contextos, busca suprir uma lacuna identificada na implementação da Lei 13.006/2014. A cartilha não apenas oferece orientações práticas para educadores, mas também exemplifica a aplicação eficaz do cinema como recurso didático. Ao considerar as peculiaridades da cidade de Campos dos Goytacazes, compreendemos que a exibição de filmes nas escolas enfrenta desafios específicos relacionados à infraestrutura e à conscientização dos educadores. A cartilha, portanto, surge como um aliado valioso para superar esses obstáculos, promovendo uma abordagem pragmática e adaptável para a implementação da lei, bem como a integração eficaz do cinema nacional no ambiente educacional.

Em última análise, nosso trabalho não se limitou a examinar a legislação ou a teorizar sobre o papel do cinema na educação. Ele se materializou em ações concretas, planos de aula desenvolvidos, e, acima de tudo, na criação de um recurso prático e orientador. Esperamos que essa cartilha possa servir como um farol para educadores, diretores de escolas e profissionais da educação, auxiliando-os a navegar pelo universo do cinema brasileiro e a enriquecer a experiência educacional de seus alunos. À medida que esta bolsa de extensão se encerra, nossos esforços não cessam. As sementes plantadas ao longo deste projeto continuarão a gerar frutos à medida que educadores e alunos em Campos dos Goytacazes se beneficiam das práticas e abordagens delineadas. Nosso desejo é realizar uma sessão de lançamento desta cartilha e promover uma roda de leitura com a comunidade escolar, promovendo uma interação entre a nossa Universidade e a rede municipal de ensino culturalmente enriquecedora, engajadora e transformadora para os discentes da Educação Básica em nossa cidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BENJAMIM, Heitor Campos. Cinema como experiência. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – UENF, Campos dos Goytacazes, 2020.

BUARQUE, C. Entrevista. Gazeta do Povo. 23/02/2010

CERTAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes do fazer, vol. 1. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. FRESQUET, Adriana; MIGLIORIN, Cezar. Da obrigatoriedade do cinema na escola, notas para uma reflexão sobre a lei 13.006/14. In: FRESQUET, Adriana (Org.). Cinema e Educação: a lei 13.006/14: reflexões, perspectivas e propostas. Belo Horizonte: Universo Produção, 2015. p. 04- 21.

LEITE, César Donizetti Pereira; CHRISTOFOLETTI, Rafael. Pra que cinema?: O que pode o cinema na educação e a educação no cinema? fronteiras de encontros. In: FRESQUET, Adriana. (Org.). Cinema e Educação: a lei 13.006/14: reflexões, perspectivas e propostas. Belo Horizonte: Universo Produção, 2015.

MIGLIORIN, Cezar. Cinema e escola sob o risco da democracia. Dossiê: Cinema e educação: uma relação sob a hipótese de alteridade. Revista Contemporânea de Educação. Faculdade de Educação/UFRJ, v 5, n. 9, janeiro/julho 2010.

THIOLLENT, M. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In C. R. Brandão (Org.), *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense. 1999.